

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO TRABALHO EXPLORADO NA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

ANDRÉ KATSUYOSHI MISAKA¹

ARIANE APARECIDA GONÇALVES RODRIGUES²

RESUMO

A partir da análise da realidade social brasileira este artigo apresenta a reflexão sobre o significado da exploração da força de trabalho, através das opressões no modo de produção capitalista, onde a análise textual esteve centrada nas realidades pré e pós pandêmicas que resultaram na significativa ruptura da organização da vida cotidiana da vida do trabalhador brasileiro.

Palavras-chave: Capitalismo; Cotidiano; Exploração; Sociedade; Trabalho

ABSTRACT

Based on the analysis of Brazilian social reality, this article reflects on the meaning of the workforce exploitation, through oppression in the capitalist production mode. Textual Analysis was centered on the pre- and post-pandemic realities which implied a significant disruption in the organization of Brazilian worker's daily life.

Keywords: Capitalism, Daily Life, Exploration, Society, Work

Introdução

A concretização dos elementos contidos nessa construção teórica parte do “chão de fábrica” de pessoas trabalhadoras do cotidiano, que observam não só fragilidades contidas nos

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais diversos espaços e realidades de trabalho, mas também suas visões diante da realidade e o que lançam enquanto reflexões para a trajetória ético-política.

Os elementos trabalhados teoricamente nas perspectivas que serão apresentadas não são somente conteúdos prévios, que ensejam “notas introdutórias” para discussão do quanto tem sido “caro” e árduo para o trabalhador e a trabalhadora do cotidiano, arcarem com os pressupostos exploratórios no *modus operandi* via capitalismo selvagem.

São conexões alinhavadas com o exercício profissional, permeadas pela criticidade conexas ao pensamento e valores marxistas. É um convite a novos aprofundamentos que almejam os pensares do dia a dia, da realidade pré e pós pandêmica, que agudizou rupturas na organização da vida cotidiana do e da trabalhadora brasileira, impactando certamente na amplitude do pensar social e de classe.

O trabalho no modo de produção capitalista

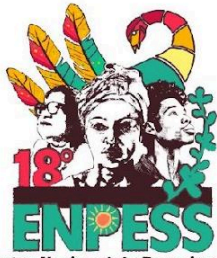
Com base na teoria social marxiana, entendemos o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, sendo esse o ponto de partida para compreensão de todas as relações sociais existentes na história da humanidade.

Para Marx; Engels (2009), a sociedade é fruto de relações sociais e a racionalidade é resultado da *práxis* humana a qual advém do trabalho, que é seu núcleo, algo que Mészáros (2011) denominou de “ação metabólica”. O homem é o realizador da *práxis*, a racionalidade está na capacidade física ou química do acaso de pensar.

Marx entende o trabalho como uma categoria ontológica, o espaço privilegiado de humanização. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e a si próprio, tendo as mediações enquanto intermediária desse processo (MARX, 2013).

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Marx dedicou grande parte de sua vida ao estudo do capitalismo e, para tanto, estudou os modos de produção que o antecederam a fim de projetar o modo de produção que viria a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sucedê-lo, seu objetivo era apreender a lei do movimento da sociedade capitalista. Muitos autores, ao estudar o método capitalista, fizeram-no como algo descritivo, tal como se fosse um sistema eterno e fixo.

No entanto, para Marx, esse modo de produção estava em constante mudança como todos os outros da história. “O resultado do seu estudo não foi, portanto, apenas uma descrição, foi também uma previsão científica, porque Marx foi capaz de ver em que direção o capitalismo estava de fato a desenvolver-se” (BURNS, 1975, p. 33).

Voltemos, agora, a nosso capitalista *in spe* [aspirante]. Quando o deixamos, ele havia acabado de comprar no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho. Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio, seja ele a fiação, seja a fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho. Obviamente, a natureza universal do processo de trabalho não se altera em nada pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo (MARX, 2013, p. 262).

Através da apropriação privada da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos, segundo Marx (2013): em primeiro lugar o trabalhador executa sua ação sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para saber se o trabalhador está utilizando as matérias primas de forma apropriada e adequada para que não haja desperdício. Em segundo lugar, o produto do trabalho realizado pelo trabalhador é propriedade do capitalista. O capitalista paga pela força de trabalho, portanto, sua utilização é do capitalista, como sua forma de mercadoria (MARX, 2013).

A sociabilidade do capital é fundada na propriedade privada, na divisão social do trabalho e na exploração do homem pelo homem. Para Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80).

Partindo da premissa de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, o homem é tido como objeto, pois, na medida em que não se reconhece no processo de trabalho, o trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

passa a ser estranho ao próprio homem. Sobre isso, Marx afirma:

O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetificação* do trabalho. A efetivação do trabalho é sua objetificação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetificação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento, como *alienação* (MARX, 2010, p. 80).

Esse processo de “coisificação” do homem é concebido como algo terrível no processo de construção humana, sinalizando que há uma crise de sociabilidade na qual o conflito moral e ético da sociedade de consumo se torna evidente.

Nos dias atuais, as relações sociais se configuram com perspectivas mercadológicas, impondo ao homem a alienação, distanciando-o cada vez mais de suas propriedades humanísticas concretas. Nessa sociabilidade, o homem não se apropria dos bens socialmente produzidos, essa apropriação é privada, embora sua produção seja coletiva, a apropriação não o é. Sendo assim, o homem se torna alienado das riquezas socialmente produzidas.

Para Marx, os produtos socialmente produzidos deveriam retornar aos homens que os criaram através de suas capacidades objetivas e subjetivas. Para o autor, eles retornariam como autoconsciência dos sujeitos que transformam a história. No entanto, no processo de alienação, produtos socialmente produzidos empobrecem o homem, na medida em que sua apropriação não é universal.

Dentro do processo histórico, a sociedade capitalista foi a que mais desenvolveu suas forças produtivas: eis aí o cerne da contradição, pois é a sociedade com maior grau de alienação e maior desapossamento da apropriação da riqueza produzida pela humanidade.

Na história que se deu até aqui é sem dúvida o fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como mercado mundial (MARX, 2012, p. 148).

Vivemos numa sociedade em que as relações sociais são pautadas pelo individualismo, para os interesses do capital, no qual as relações entre os homens passam a ser subjetivas e imediatas. Privilegia-se valores individuais calcados na desigualdade. No mundo contemporâneo, convivemos com a fragmentação do conhecimento, da *práxis* e da totalidade, sendo esses os

elementos constitutivos mais importantes da realidade.

A ideologia dominante (burguesa) exerce grande influência no enfrentamento das tensões sociais, não reconhecendo as lutas travadas pela classe trabalhadora e, tampouco, suas conquistas. Com o intuito de manter a ordem vigente, ignora a luta de classes e as contradições postas na sociedade do capital.

A ideologia neoliberal - veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação - falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a "questão social", incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208).

Convivemos com uma racionalidade contemporânea ligada à pluralidade de pequenos grupos, que individualiza possibilidades de luta e avanços coletivos, contribuindo para desmobilizar a classe trabalhadora de suas aspirações coletivas, de transformação para além dos marcos da exploração capitalista.

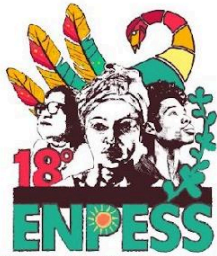
A categoria trabalho permite duas concepções: a marxista, que considera o trabalho enquanto atividade vital do ser humano-genérico e a do capital, segundo a qual o trabalho é instrumento de alienação, reificação e exploração/destruição da vida.

A exploração do trabalhador brasileiro na contemporaneidade

Analisar a exploração do trabalho no modo de produção capitalista no contexto político e social da realidade contemporânea brasileira requer o reconhecimento de que, o trabalho no Brasil passa por determinações historicamente construídas por meio da precarização e trabalho excedente que garante a acumulação do capital para a burguesia que obtém o lucro de tudo o que é produzido pela classe trabalhadora.

Em uma perspectiva histórica, a exploração do trabalho é inerente à estrutura do sistema capitalista, e se apresenta face aos salários baixos e insuficientes para suprir as necessidades básicas de subsistência da classe trabalhadora, jornadas extensas que lhes roubam o lazer e a possibilidade de tempo livre, o desemprego que gera insegurança e muitas vezes os trabalhadores são obrigados a trabalhar em condições precárias que comprometem a saúde e a qualidade de vida.

Com o avanço da tecnologia, o capitalismo promete maiores possibilidades de conforto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para a burguesia, mas, por outro lado, os trabalhadores enfrentam cotidianamente o desemprego gerado pelas demissões arbitrárias ou pela substituição por máquinas. O que evidencia a utilidade da desigualdade social para a perpetuação do sistema capitalista, uma vez que, o poder político, social e econômico se mantém nas mãos de uma parcela mínima da população que detém o controle dos meios de produção. No Brasil, a exploração do trabalho está presente desde a formação da sociedade brasileira.

Essa exploração se originou já no processo de colonização no País com os portugueses que exploravam os povos originários indígenas até buscarem lucro escravizando os negros que eram trazidos do continente africano, dando início ao nefasto período de mais de 400 anos de escravidão. Nesse sentido, estamos falando do último país das Américas a “abolir” a escravidão, e mesmo assim, apenas em caráter formal, pois, mesmo nos dias atuais o trabalho realizado em condição análoga a de escravo ainda é uma realidade de muitos trabalhadores rurais e mesmo na zona urbana das grandes cidades.

Mais tarde, com a abolição da escravidão, o imigrante branco europeu foi o escolhido para o assalariamento urbano-industrial como principal alternativa aos trabalhadores negros, que povoavam a nossa produção agrária. Senhorial, escravista e elitista. nossa aristocracia rural converteu o trabalho escravo negro. transformando especialmente as mulheres em assalariadas domésticas, uma forma de perpetuar a herança servil da nova casa grande nas cidades (ANTUNES, 2018, p. 170).

Assim, como também, temos um fator preponderante na questão de gênero, quando vimos a situação de mulheres que tem múltiplas jornadas de trabalho e ainda com baixíssimos salários. Desta forma, a exploração do trabalhador articula um recorte de classe, gênero, raça e etnia.

A crítica da economia política marxista contemporânea é na verdade, uma referência imprescindível, embora não absoluta, para enfrentar os desafios postos pela realidade complexa e instigante do nosso tempo, com sua lógica aparentemente caótica e essencialmente perversa (BEHRING, 2011, p. 175).

No Brasil, as políticas sociais focalizadas, o aumento do desemprego, as reformas trabalhistas e a retração dos direitos conquistados em anos de lutas da classe trabalhadora, bem como os baixos salários e a intensificação das péssimas condições de trabalho são as características determinantes do aumento da exploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo. As crises financeiras, o neoliberalismo e as privatizações deram espaço para as terceirizações, flexibilizações, e informalidade que culminam para a destruição das forças



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produtivas e a supressão dos direitos do trabalhador.

Nesse contexto, o mercado de trabalho passa pelo processo de superexploração aprofundando a sujeição do trabalhador às possibilidades disponíveis para manter sua subsistência, se deparando com as formas de exploração mais violentas do capitalismo por via do trabalho precarizado, terceirizado e informal que vende a ideia de flexibilização como um bônus ao trabalhador, mas é fatalmente prejudicial para as condições de vida e saúde dos trabalhadores já que, em termos de flexibilização, mais uma vez a burguesia é quem lucra.

O trabalho digital é mais uma expressão do capitalismo contemporâneo que vende a ideia de flexibilidade aos trabalhadores, como se fosse um privilégio que facilita e lhe atribui maior capacidade de produção. Por outro lado, o que parece ser vantajoso em termos de mobilidade ao trabalhador é na verdade, uma nova forma de expropriação do tempo e expressão do controle da mão de obra prejudicando ainda mais as condições laborativas.

Outro reflexo sutil dos impactos das novas relações de trabalho, é que a informatização do trabalho ou trabalho digital torna precária as condições de contratos trabalhistas da chamada “classe média” que vive da venda de sua força de trabalho, e embora com acesso à qualificações para a oferta de serviços, se aproxima cada vez mais da precarização e retirada dos direitos trabalhistas prestando serviços com rebaixamento de salário e contratação informal por meio do trabalho remoto ou *home office* com atribuições de longas jornadas.

Para além disso, é crescente o número de bancos digitais e a expansão das formações *online* em nível superior, o que denota a diminuição de profissionais contratados, a precarização tanto de condições de trabalho no ambiente acadêmico quanto a precarização de acesso a uma formação de qualidade, e nesse fio condutor temos o aumento do desemprego estrutural. Isso remonta ao surgimento e rápido crescimento da uberização que economicamente é mais rentável aos empresários que tem empregados, mas não se apresentam como patrões, portanto não se responsabilizam por garantir os direitos da classe que vive do trabalho.

Como já vimos, a exploração do trabalho perpassa determinantes estruturais e conjunturais, que se desdobram em contextos políticos, econômicos e sociais nas crises cíclicas do capitalismo que refletem nossa atualidade.

Na esfera política, o advento do golpe de 2016 em que Michel Temer, o então vice presidente de Dilma Roussef assumiu a Presidência da República de forma ilegítima, encaminhando no mesmo ano o projeto de reforma da previdência causando desmontes de direitos impactantes na vida dos trabalhadores e trabalhadoras³. Temer não hesitou em responder

³ Ricardo Antunes, em “O privilégio da servidão” faz uma análise desse contexto e seus impactos na realidade em que trabalhadoras e trabalhadores estão inseridos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

os ensejos dos setores conservadores do País, implementando as reformas da previdência e causando a destruição dos direitos previdenciários e trabalhistas, alegando falsamente que essa seria uma alternativa necessária para aquecer a economia brasileira e promover empregos e manter a previdência, pois “a população brasileira havia aumentado a expectativa de vida”.

Essa falácia corresponde as armadilhas capitalistas que prejudicam em demorado as relações do mundo do trabalho no Brasil contemporâneo, no qual a expectativa média de vida denuncia mais uma manifestação da desigualdade, quando pesquisas realizadas na cidade São Paulo apontam que em comparação aos moradores das regiões centrais com aqueles que vivem nas periferias mais afastadas da cidade, somente a burguesia tem aumento significativo nos anos de vida comparado com a classe trabalhadora.

Frente o resultado das eleições de 2018 a realidade do trabalhador piorou de forma catastrófica nos anos seguintes, especialmente quando o governo Bolsonaro assumiu a desresponsabilidade diante da pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2 Covid-19) marca registrada da barbárie desse governo. O Brasil ficou muito mais próximo do fascismo do que da democracia, a situação de calamidade pública se evidenciou com a devastação do País na crise sanitária e política que causou mais de 660 mil mortes⁴.

Aumentou a pobreza e a violência, a fome voltou a ser uma realidade no País de tal forma que trabalhadores e trabalhadoras brasileiras se viram diante do dilema da incerteza do risco entre morrer de fome ou de covid.

Tudo isso estampa uma visceral contradição que atingiu a totalidade da classe trabalhadora, que se encontrava sob fogo cruzado: era preciso que houvesse isolamento social e quarentena para se evitar o contágio pelo coronavírus. Sem isso, a classe trabalhadora seria cada vez mais contaminada, adoecendo e perecendo em maior quantidade. Mas como ficar em isolamento social o(a)s desempregado(a)s, o(a)s informais, o(a)s trabalhadore(a)s intermitentes, o(a)s uberizado (a)s, o(a)s subutilizado(a)s, o(a)s terceirizado (a)s, isto é, aqueles e aquelas que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executam algum trabalho? (ANTUNES, 2022, p. 22).

É nesse cenário que além de não aderir ao *lockdown* o governo da forma mais cruel, se recusou a investir em vacinas para a população, alterou ainda mais as legislações trabalhistas, estabelecendo o teletrabalho, antecipação de férias individuais e concessão das férias coletivas, banco de horas, antecipação de feriados e suspensão nos contratos de trabalho.

Atualmente, com o retorno do governo Lula após as eleições de 2022, alianças político-partidárias ainda são parte de sua característica, começando pela sua escolha de Geraldo

⁴ Análise aprofundada por Ricardo Antunes em sua obra “Capitalismo Pandêmico”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Alckmin⁵ para Vice-Presidente. Diante dessa aliança, é alarmante o risco de a conciliação de classes estar mais voltada ainda para os setores conservadores do que para os avanços frente a luta dos trabalhadores.

Notas de finalização para a continuidade do debate

O desafio que temos enquanto classe trabalhadora é, de nos mobilizarmos para exigir que o governo Lula revogue todas as medidas e os retrocessos criados nos governos anteriores, entendendo que nos dias atuais, este pode ser o primeiro passo para alcançar condições minimamente dignas para enfrentarmos a contradição em que vivemos entre capital e trabalho.

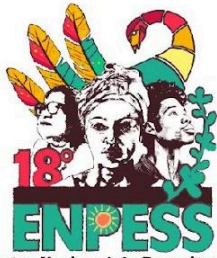
Para além das mobilizações estampadas, trabalhadores e trabalhadoras precisarão observar, diante do movimento da realidade, sucessivas aproximações ao significado do trabalho explorado, seu valor constantemente alijado e desaproximado para o sentido do capitalismo selvagem através das mais variadas tomadas neoliberais a partir das medidas governamentais nas 03 (três) esferas de poder, sendo estas representadas pelos governos federal, estadual e municipal.

A tomada das ruas ainda é um dos importantes instrumentos de participação popular não só para manifestação, mas também para demarcar este espaço de ocupação por trabalhadores e trabalhadoras que compõem as grandes massas da nação.

Esse trabalho é processual, que deve ser construído e fortalecido através de inúmeras e intensas discussões em diversos espaços ampliados que acolham as demandas por melhorias à população trabalhadora, sem desconsiderar o acesso às periferias urbanas que contém importante contingente de pessoas que laboram, se socializam, constroem seus cotidianos de vida, demarcam a estrutura do território e contribuem com os aspectos socioculturais através das vivências e convivências à luz da arte e da cultura estabelecidas diariamente.

Tais ocupações espaciais não se sintetizarão num curto espaço de tempo, devendo ser elaboradas constante e diuturnamente, numa escala incansável para a ampliação do seu alcance. É, sobretudo, a incrível necessidade do entendimento da *vox populi*, enquanto agente mediadora entre o caos proposto e operado pelos sistemas econômicos devastadores e o sentido da vida

⁵ Geraldo Alckmin, ex-governador do Estado de São Paulo e adversário do Partido dos Trabalhadores (PT) por décadas, deixou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em julho de 2022, PT e PSB oficializaram a chapa Lula-Alckmin. Aliança estratégica para atrair o eleitorado mais conservador e abrir portas em segmentos mais críticos a Lula, como setores empresariais e do agronegócio.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social.

Referências

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.); NOGUEIRA, A. M. *et al.* Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ANTUNES, R. O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços digitais na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Capitalismo Pandêmico. São Paulo: Boitempo, 2022.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.106, p.205-218, abril/junho de 2011.

BEHRING, E. Política Social no capitalismo tardio. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2011. BURNS,

E. Introdução ao marxismo. Lisboa: Avante, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. Trad. Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I., A crise estrutural do capital. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2011.